

Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo nos Centros Históricos de Belém-PA e Natal-RN

Cleber Augusto Trindade CASTRO¹

Luciléia Lima DE MORAIS²

Wilker Ricardo de Mendonça NÓBREGA³

Resumo: O objetivo principal deste artigo é analisar a elaboração e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo nos Centros Históricos das cidades de Belém-PA e Natal/RN, a fim de compreender os princípios dos usos turísticos do patrimônio cultural nesses espaços urbanos. Para isso, foram realizados levantamento e análise das principais políticas de patrimonialização e de turismo implantadas nos bairros de Cidade Velha (Belém) e Cidade Alta (Natal) estabelecendo um recorte temporal das ações, que se inicia em meados do século XX até os dias atuais, por meio Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas. Também foi verificada a execução, ou não, de projetos que visam promover a prática do turismo na região para compreender como a gestão turística local tem fomentado os usos turístico desses espaços a partir das políticas de patrimonialização realizadas. Constatou-se que nos bairros de Cidade Velha (Belém) e Cidade Alta (Natal), regiões que compreendem o núcleo formador histórico e cultural das duas cidades, as ações tem se demonstrado pontuais, com uma maior participação da gestão estadual no reconhecimento dos bens histórico a serem tombados. A relevância do estudo consiste em contribuir para a ampliação das visões turísticas sobre a Amazônia e sobre o Nordeste, onde os aspectos naturais de florestas, rios e praias são supervalorizados.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Turismo. Patrimônio Cultural. Centro Histórico.

Introdução

O patrimônio cultural e a atividade turística têm apresentado uma profunda relação nas estratégias de valorização, requalificação e refuncionalização dos Centros Históricos Urbanos. Realidades que exemplificam isso podem ser encontradas em várias áreas centrais das cidades brasileiras, valorizadas em discursos e políticas por possuírem elementos ligados à história e à cultura das cidades, e que têm o turismo como meio de dinamização econômica e possibilidade de ostentar aos visitantes esse legado cultural.

Diante desse contexto, pretendemos analisar a elaboração e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo nos Centros Históricos de Belém-PA (bairro Cidade Velha) e Natal-RN (bairro Cidade Alta), a fim de compreender os princípios dos usos turísticos do patrimônio cultural nesses espaços urbanos.

Os bairros Cidade Velha, em Belém-PA, e Cidade Alta, em Natal-RN, que contém parte dos Centros Históricos dessas cidades, foram escolhidos como casos representativos dos processos de patrimonialização, a conseqüente turistificação dos elementos culturais

¹Turismólogo (UFPA); Mestre em Geografia (UFPA); Doutorando em Turismo (UFRN); Professor do IFPA. E-mail: cleber.castro@hotmail.com

²Turismóloga (UFRN); Mestranda em Turismo (UFRN). E-mail: leialima20@hotmail.com

³Doutor em Ciências do desenvolvimento socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Atualmente é professor e pesquisador do departamento de turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: wilkernobrega@yahoo.com.br

patrimonializados, sobretudo nas cidades que, ao se expandirem, modernizarem e criarem novas centralidades, provocam discussões sobre novas funções e novos usos àqueles centros antigos.

Ambas cidades apresentam sua formação socioespacial atual decorrente do processo de colonização portuguesa no território brasileiro, apresentando características comuns, como suas localizações estrategicamente à margem de rios e a presença da Igreja Católica na ocupação dessas áreas. Atualmente, ainda, as duas capitais estão inseridas em Programas do Governo Federal de proteção e valorização do patrimônio cultural, sobretudo das referências materiais urbanas, a saber, o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-Cidades Históricas).

Assim, este trabalho é importante enquanto contribuição para o debate teórico e pragmático sobre as políticas de gestão do patrimônio cultural urbano, para a elaboração de alternativas de modelos de desenvolvimento do turismo e de apropriação desse patrimônio. A pesquisa permite compreender as consequências das políticas para o patrimônio cultural e para o desenvolvimento do turismo nos aspectos materiais e nas relações sociais e simbólicas nos bairros estudados.

O trabalho também traz contribuição para a ampliação das visões turísticas sobre a Amazônia e sobre o Nordeste, onde os aspectos naturais de florestas, rios e praias são supervalorizados, ressaltando também a existência de um patrimônio cultural urbano que necessita ser inserido nas discussões sobre o planejamento e o desenvolvimento de alternativas de turismo também nessas regiões.

A abordagem conceitual e metodológica que se faz nesse trabalho é importante, pois é nas cidades onde está uma maioria crescente da população humana o que permite dizer que as mudanças nos valores éticos e modos de se planejar e praticar o turismo passa por alternativas também para o espaço urbano. Esta pesquisa traz, portanto, subsídios para projetos para o desenvolvimento do turismo que considere e insira as dinâmicas locais, especialmente em áreas de centros históricos.

Para o desenvolvimento do estudo, com abordagem qualitativa, foram realizados levantamentos e análises de bibliografias que forneceram subsídios teóricos e conceituais para o desenvolvimento da pesquisa, tendo como fontes, livros, artigos científicos, dissertações e teses, consultadas em bibliotecas e meios digitais. Também foram realizados levantamentos e análises de documentos de instituições públicas dos setores da cultura e do turismo que continham dados sobre as políticas para o turismo nos bairros estudados, focando no seu processo histórico de patrimonialização e registro de políticas que contribuíram para sua turistificação.

Esta pesquisa levantou e analisou os instrumentos normativos (Leis Orgânicas e Planos Diretores) ligados ao planejamento e ordenamento urbano de Belém e Natal, bem como as legislações específicas para os Centros Históricos dessas cidades. Além disso, foram analisados os planos, programas e projetos de desenvolvimento do turismo que incidem sobre essas áreas.

Também foram realizadas observações sistemáticas em campo para a coleta de informações quanto a efetividade das políticas públicas para o turismo previstas para os Centros Históricos estudados, além de levantar informações quanto aos usos sociais atuais desses espaços e a presença de referências da cultura imaterial de Belém e Natal.

O artigo estrutura-se, além dessa Introdução, na apresentação de um tópico com a síntese das análises do marco regulatório do planejamento urbano e das ações de patrimonialização dos Centros Históricos de Belém e Natal, seguido das análises de ações estatais específicas para o desenvolvimento do turismo nessas áreas, finalizando com as principais considerações a partir dos dados apresentados.

Políticas de patrimonialização e princípios para o turismo

O uso turístico do patrimônio cultural permite as comunidades diversificar seu produto turístico por meio da valorização dos atrativos que possuem importância histórica e cultural. A Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 24, incisos VII e VIII, estabelece que é competência da União, dos Estados e do Distrito Federal a proteção ao patrimônio histórico, cultural, turístico, artístico e paisagístico, responsabilizando-se pelos danos que o uso destes podem causar ao meio ambiente, ao consumo e ao bem cultural (Brasil, 2008).

Partindo deste princípio, as políticas de patrimonialização surgem como diretrizes para orientar as ações de preservação e de uso destes espaços, seja ele comercial, institucional ou turístico. A primeira política de preservação que prevê e/ou valoriza o uso turístico de bens culturais no Brasil surge no ano de 1976, implantada pelo Ministério do Planejamento, denominada Programa Cidades Históricas. O Programa concebia a cidade enquanto produtora de capital e bem de consumo, considerando o patrimônio como fator de desenvolvimento econômico por meio do turismo (Corrêa, 2012, p.22).

O objetivo principal do programa era preservar os monumentos históricos de forma a torná-los economicamente viáveis. Essa compreensão, segundo Paes-Luchiari (2005) coloca o bem cultural a serviço de uma ideologia de consumo em detrimento das práticas culturais representativas do sentimento de pertencimento das comunidades.

Com a crise do petróleo na década de 1980, que modificou o cenário econômico brasileiro, o programa foi interrompido, sendo retomado em 1999 com uma nova denominação: Programa Monumenta, objetivando não somente ações de preservação do patrimônio histórico e artístico, mas também conscientizar a população brasileira acerca do patrimônio e aperfeiçoar a gestão do patrimônio cultural por meio de critério de prioridades de conservação (Brasil, 2005b). O Monumenta, assim como o Programa Cidades Históricas, reconhecia o valor turístico do patrimônio para o desenvolvimento das comunidades. O programa foi implantado pelo Ministério da Cultura, evidenciando uma maior especialização em torno do tema, visto a existência de Ministério específico para planejar ações sobre patrimônio cultural.

A elaboração de uma lista de prioridades era condição essencial para participação dos Estados no Programa Monumenta, caso contrário as novas cidades não poderiam ser incluídas. Os estados beneficiados pelo programa e que tiveram suas prioridades

apresentadas, considerando a região Norte, Nordeste e Centro Oeste foram: Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal e Goiás (Brasil, 2005b).

Os Estados do Pará e do Rio Grande do Norte foram igualmente contemplados no Programa Monumenta, visto que ambos possuíam bens materiais tombados em nível Estadual e Federal. Portanto, a presença de uma legislação de proteção do bem cultural, assim como a presença de exemplares arquitetônicos e monumentos tombados nas cidades, foram determinantes para que as cidades de Belém/PA e Natal/RN participassem das chamadas públicas para obtenção de recursos.

As cidades de Belém e Natal, desde a meados do século XX passaram a reconhecer seu patrimônio cultural por meio de legislação específicas em nível estadual e municipal. Na cidade de Belém, é possível verificar que as ações de preservação surgem na década de 1940, momento em que acabara de ser instituído o tombamento pelo Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, tendo o Estado Novo como guardião das ideias nacionais. Fonseca (2009) afirma que nesse momento fundador das políticas de patrimonialização brasileira, a legislação passava por um processo de modernização da noção de patrimônio.

No entanto, as políticas de patrimonialização instituídas em Natal, que assim como a cidade de Belém atende ao seu núcleo inicial de povoamento, são iniciadas com tombamentos em nível federal na década de 1960, sendo instituída na década de 1990 a primeira legislação que visa a delimitação da área histórica da cidade que compreende os bairros da Cidade Alta e da Ribeira.

O quadro 01, apresenta as o período das principais ações de tombamento e suas respectivas esferas de gestão, considerando os bairros de Cidade Velha (Belém) e Cidade Alta (Natal):

Quadro 1 - Ações Legais de Preservação do Patrimônio Cultural nos bairros Cidade Velha (Belém/PA) e Cidade Alta (Natal/RN)

Ano	Tombamentos realizados e Legislações vigentes	Esfera
1941	Tombamento: Catedral; Igrejas Nsa. Sra. do Carmo, Santo Alexandre; Capela São João Batista.	Estadual
1942	Tombamento do Palácio Antônio Lemos	Estadual
1950	Tombamento: Solar de São João de Guajará (Instituto Histórico e Geográfico PA).	Estadual
1962	Tombamento: Forte do Castelo	Estadual
1963	Tombamentos: Praça Frei Caetano Brandão (Largo da Sé); Antigo Hospital Militar (Casa das 11 Janelas).	Estadual
	Tombamento do Museu Café Filho (Sobradinho Veu de Noiva)	Federal
1965	Tombamento: Antigo Palácio do Governo (Pinacoteca do Estado).	Federal
1967	Lei Estadual nº 6.307/1997 (limita a área da Cidade Velha para sua preservação histórica e dá outras providências).	Estadual

Ano	Tombamentos realizados e Legislações vigentes	Esfera
1974	Tombamento do Palácio Lauro José	Estadual
1983	Tombamento Igreja Santo Antônio	Estadual
1984	Tombamento do Prédio do Instituto Histórico e Geográfico do RN	Estadual
1985	Tombamento do Teatro Alberto Maranhão	Estadual
1987	Tombamento da Igreja Rosário dos Pretos	Estadual
1988	Tombamento: fachada da Antiga Capitania dos Portos (Capitania das Artes)	Estadual
1989	Tombamento: Antigo Palácio do Governo (Pinacoteca do Estado) e Memorial Câmara Cascudo	Estadual
1990	Instituição da Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH) Lei n.º 3.942/1990.	Municipal
	Tombamento do Solar Bela Vista, Casa de Câmara Cascudo e Casa de Padre João Maria (Antigo Armazém Real da Capitania do Rio Grande)	Estadual
1992	Tombamento: Matriz Igreja Nossa Senhora da Apresentação e do prédio da Ordem dos Advogados no Brasil/RN (Antiga Assembleia Legislativa)	Estadual
1994	Instituição da Lei Municipal de Delimitação do “Centro Histórico de Belém” (Bairros: Cidade Velha e Campina)	Municipal
2005	Criação da Lista de Prioridades para conservação (Programa Monumenta)	Federal
2007	Tombamento do Acervo do museu de Arte Sacra	Estadual
2010	Tombamento: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal (Centro Histórico de Natal (Bairros: Cidade Alta, Ribeira e Rocas)	Federal
2011	Tombamento de três mil edificações nos bairros da Cidade Velha e Campina pelo IPHAN/PA.	Federal
2014	Homologação do processo de tombamento da área do centro histórico de Natal e reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro.	Federal
LEGENDA:  Ações em Cidade Velha-Belém/PA  Ações em Cidade Alta-Natal/RN		

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Vale destacar dentro do conjunto de ações apresentadas que ambas as cidades estão incluídas no Programa Cidades Históricas, um subprograma da política federal de desenvolvimento denominada Programa de Aceleração do crescimento que desde 2010 realiza obras de caráter estruturante em todas as regiões do país. Esse novo programa de preservação pretende priorizar o fomento às cadeias produtivas locais a promoção do patrimônio cultural, dando continuidade ao que foi instituído no Monumenta, que é a parceria com os municípios e Organizações Não Governamentais-ONGs (Brasil, 2011c).

Compreendendo que as cidades apresentadas passaram ou passam por um processo de turistificação, ou seja, a apropriação e usos do espaço para o turismo (Cruz, 2003; 2007), entende-se que este processo é possibilitado “[...] a partir da mudança na conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adequem às novas atividades

econômicas” (Figueiredo, 2008, p.86). Nesse sentido, as políticas de patrimonialização aplicadas nas cidades de Belém e Natal tem fomentado o ordenamento e direcionamento de ações no que tange a delimitação das áreas preservadas para proteção e no restauro e tombamento de prédios históricos, para isso verifica-se a presença de uma legislação de tombamento estadual e municipal específicas que são corroboradas pelas políticas setoriais que também estão presentes nesse processo de funcionalização turística destes espaços (política de turismo, política de urbanismo e política de preservação).

Políticas para o Turismo nos Centros Históricos

No ano de 1998, em Belém-PA, foi inaugurada a primeira etapa do projeto “Feliz Lusitânia”, que fez intervenções de requalificação da Igreja de Santo Alexandre e no antigo Palácio Episcopal, onde passou a funcionar o Museu de Arte Sacra do Pará. Esse projeto refere-se à reordenamento de uma área de aproximadamente 50.000 m² (cinquenta mil metros quadrados), realizada pelo Governo do Estado do Pará no núcleo histórico de fundação da cidade de Belém, no bairro Cidade Velha. A segunda etapa promoveu a restauração de oito edificações situadas na Rua Padre Champagnat, anexas à Igreja, desapropriadas e restauradas. A terceira etapa compreendeu a renovação do Forte do Castelo, onde passou a funcionar o Museu do Forte. Na quarta e última foram requalificados a Casa das Onze Janelas (antiga residência e Hospital Militar) e seus anexos, jardins e entorno imediato (Trindade Jr. & Amaral, 2006).

Essa área requalificada passa a ser composta por monumentos históricos que foram restaurados e convertidos em edificações musealizadas, formando um Núcleo Cultural no bairro da Cidade Velha, ressaltando a relevância histórica desse espaço para Belém e para o Pará, por ser essa área o “núcleo fundador” da cidade. É, portanto, essa área, relevante, mas pontual diante da diversidade cultural e espacial da Cidade Velha e do Centro Histórico de Belém, que é inserida, pelos governos municipal, estadual e federal, na política estatal de promoção turística da cidade.

Nos limites oficiais do bairro Cidade Velha, em Belém-PA, mas afastado do núcleo inicial da cidade, foi construído, pelo governo do Estado, o Parque Ecológico “Mangal das Garças”, resultado da refuncionalização de uma área de 40.000 m² na várzea às margens do Rio Guamá, inaugurado em 2005. A construção desse espaço, que ampliou a oferta de atrativos turísticos da cidade, além de preservar parte do ambiente natural da cidade, não está explicitamente atrelado à valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Centro Histórico de Belém, nem com a oferta de informações sobre o patrimônio geológico existente naquela área.

O bairro (e outras partes da cidade) recebeu da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR)⁴, em 2008 a implantação do Projeto de Sinalização Turística, obedecendo aos padrões internacionais. Essa ação (juntamente com outras) marca fisicamente o processo de

⁴ A PARATUR era, naquele contexto, o Órgão Oficial responsável pela política de turismo do Governo Estadual do Pará. Atualmente, esta Companhia foi extinta e sua função estatal passou a ser exercida pela Secretaria De Estado de Turismo, criada em 2011.

turistificação dos espaços. É a indicação aos visitantes de quais espaços são adequados para que ocorram as atividades de visita turística.

A Universidade Federal do Pará, enquanto instituição estatal, também tem atuado nos processos de patrimonialização e turistificação do bairro Cidade Velha, por meio de dois projetos de extensão: "Fórum Landi" e "Roteiros Geoturístico: conhecendo o Centro Histórico de Belém na Amazônia" (Tavares, 2012; Serra, 2011).

O primeiro, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade, tem o objetivo de realizar pesquisas e propostas de intervenções nas edificações projetadas pelo arquiteto Antônio Landi, presentes na Cidade Velha e em outros espaços de Belém. Esse projeto tem subsidiado ações de outros órgãos do Estado, bem como empresas privadas, a realizarem ações de restauro e preservação de prédios. Além disso, o projeto também elaborou um roteiro turístico pelas obras do arquiteto, e é ofertado por Guias de Turismo qualificado em cursos, que também fizeram parte do projeto.

O projeto Roteiros Geoturísticos é vinculado à Faculdade de Geografia da UFPA, e tem o objetivo principal de implementar ações voltadas para práticas de turismo histórico, cultural e patrimonial que propiciem resgatar a memória social e histórica da cidade de Belém e do Distrito de Mosqueiro por parte da sociedade local, turistas e comunidade acadêmica, bem como fortalecer a formação dos profissionais de turismo, história e geografia e áreas afins, por meio da realização de oficinas, palestras e atividades práticas de campo (UFPA, 2009, p. 07).

Esse projeto tem sido um amplo espaço de debates sobre modos de realização do turismo, na Cidade Velha e em Belém, envolvendo agentes de outras instâncias do Estado, representantes dos moradores do bairro, agentes na iniciativa privada, etc. O projeto propõe a possibilidade de que moradores e visitantes de Belém tenham contato com a diversidade cultural e espacial que o bairro possui.

Os roteiros são guiados pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (GGEOTUR/UFPA) e as informações fornecidas aos participantes incluem contextualizações históricas e geográficas, para ampliar as informações superficiais utilizadas por roteiros turísticos comerciais tradicionais. Além dos espaços turísticos do bairro comumente usados, os roteiros geoturísticos também permitem a visita a espaços que mostram muito da história socioespacial e da cultura atual do bairro. Exemplificam isso, observações à Alameda do Carmo (área com condições precárias de moradia), ao lado da Igreja do Carmo e a Feira do Açai.

Esses espaços são considerados sem importância e esteticamente inapropriados a receberem visita turística. Isso foi posto por agentes ligados à gestão pública municipal, empresários e profissionais do turismo. Tais espaços estão fora da noção do "belo", não representam uma parte da história nem da vida cotidiana atual do bairro que interessaria ao turismo. Todavia, a realização dos roteiros mostrou que tanto os visitantes, quanto moradores da cidade passam a considerar relevantes tais espaços, a partir do momento que lhes são fornecidas informações que contextualizem esses espaços.

Em Natal, os projetos e ações realizados no centro histórico da cidade e que tinham como o objetivo o estímulo a prática turística são poucos e desenvolvidos, de forma pontual, também por instituições de ensino superior e técnico. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), desde o ano de 2014, realiza caminhadas históricas como parte do processo de aprendizado dos alunos dos cursos de guia de turismo da instituição como forma de promover a realização de roteiros, possibilitar a divulgação do espaço para a comunidade natalense e conscientizar os futuros profissionais guias de turismo sobre a importância do Patrimônio Cultural local para a diversificação da oferta turística em Natal, que prioriza a promoção de atrativos naturais como as praias urbanas.

No ano de 2012, uma ação semelhante foi realizada com o intuito de promover roteiros culturais na região, em um projeto realizado por meio da parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN e departamento de arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, que motivados pelo reconhecimento do tombamento em nível federal do Centro Histórico de Natal, no ano de 2010, idealizaram um projeto que tinha como proposta a realização de um programa de extensão que envolvesse ações para a educação patrimonial de moradores do centro histórico, técnicos dos órgãos de preservação e a população natalenses como um todo (Cruz et al, 2012).

As ações para a elaboração de roteiros históricos no bairro da Cidade Alta tiveram início com a realização de três cursos temáticos junto à comunidade e estudantes dos cursos de Produção Cultural e Guia de turismo, promovidos pelo IFRN, Campus Cidade Alta, e também Oficinas de Educação Patrimonial com estudantes de arquitetura, professores da rede pública e privada de ensino e técnicos especializados.

O primeiro curso desenvolvido pelo IFRN tinha como objetivo apresentar a história dos atrativos e a necessidade de sua conservação, culminando em um roteiro para reconhecimento da área que contemplava o poligonal de tombamento. Em seguida, foi realizado um curso sobre Turismo Cultural, apresentando a relevância turística do espaço, sendo elaboradas propostas de roteiros turísticos e execução pelos alunos. Por último, um curso para a formação de tutores em educação patrimonial foi desenvolvido, com o intuito de formar profissionais capazes não somente de elaborar roteiros turísticos, mas também de transmitir as informações de forma adequada para diferentes públicos. Vale salientar que os roteiros foram desenvolvidos nos dois bairros que compõem o poligonal de tombamento, Cidade Alta e Ribeira, iniciando pelo bairro de Cidade Alta.

A ação da gestão local mais contundente para organização e reconhecimento do bairro de Cidade Alta e dos demais bairros incluídos na zona de preservação, aconteceu no ano de 2010, com o projeto “Reabilitação do Centro Histórico de Natal”, que previa a realização de obras de caráter estruturante no centro histórico como a restauração de prédios, construção de estacionamentos, sinalização turística e apoio a eventos culturais. O objetivo principal do projeto era: “Dinamizar o sítio histórico de fundação da cidade como aglutinador da cultural local, ampliando os serviços prestados, o uso dos espaços públicos, motivando uma nova dinâmica na área” (Brasil, 2010).

A proposta foi apresentada em uma reunião do Conselho Polo Costa das Dunas, partindo da Secretaria de Estado de Turismo, e reuniu representantes da Fundação José Augusto (responsável pela legislação estadual de tombamento), Prefeitura Municipal de Natal e IPHAN. Desde o ano de 2012, são enviadas para o Ministério do Turismo solicitações para prorrogação do prazo de conclusão do projeto, justificadas pela necessidade de tempo para adequação do Estudo de Concepção do Projeto Básico e Projeto Executivo de Engenharia para a reabilitação do Centro Histórico de Natal, conforme os pareceres dos técnicos analistas. Além disso, a incorporação de novas ações em nível federal como o “Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural”, assinados pelos Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Município de Natal e IPHAN, culminou na revisão do projeto para a implementação do Plano de Ação da Cidade Histórica de Natal, uma exigência do Programa PAC Cidades Históricas, e que abrange as ações do projeto Reabilitação Centro Histórico de Natal. Em abril de 2015, os documentos referentes ao projeto ainda se encontravam sob análise do Ministério do Turismo. Os recursos para a realização do mesmo são oriundos do Programa de Desenvolvimento para o Turismo, PRODETUR II.

Além disso, a cidade de Natal também foi sede do evento da Copa do Mundo de 2014 do Brasil, e isso exigiu a adequação dos principais locais de visitação e acesso para visitantes por meio de sinalização turística. Os principais acessos da cidade receberam novas placas para informação ao turística, entre eles o corredor cultural de Natal, que contempla também o bairro de Cidade Alta. Com recursos disponíveis no ano 2013 pelo Ministério do Turismo, a grande crítica ao projeto de sinalização turística, foi o fato de as placas de sinalização não possuírem informações bilíngues. Isso foi arduamente criticado pelo trade turístico local que almejava esta adequação para melhor recepção e orientação aos visitantes estrangeiros. No entanto, para a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB), as razões para isso estavam relacionadas: aos custos do projeto que aumentariam em um milhão e quinhentos mil reais; a sinalização especial seria ser tirada após o evento; e dificuldades para manter o tamanho e formato das placas conforme o padrão nacional e internacional vigente, dobrando o número de placas (Vasconcelos, 2013). Para os gestores não haveriam problemas, visto que muitos países mantem o idioma nacional na sinalização dos atrativos turísticos e acessos, dessa forma, representaria um gesto de patriotismo. Além disso, os turistas poderiam se orientar pelos símbolos presentes nas placas, que seguem a norma internacional, para identificação dos atrativos.

O projeto previa a instalação de cem placas de sinalização pelos principais corredores da cidade, incluindo nesse contexto o bairro da Cidade Alta, e dez painéis de mensagens variáveis que apresentariam mensagens nos idiomas inglês e português. Além disso, também foi apresentada a proposta de implantação de totens digitais bilíngues com informações turísticas sobre endereços para hospedagem, restaurantes, pontos turísticos e outros serviços.

Os resultados dessas ações demonstraram que estas não conseguiram concluir e/ou atingir os objetivos propostos, uma vez que a dinâmica turística no centro histórico de Natal, mais especificamente no bairro de Cidade Alta continua incipiente e sem dados

representativos sobre o contingente de visitantes. Abre-se uma ressalva às ações das instituições de ensino superior e técnico citadas, visto que priorizavam ações de orientação e valorização do patrimônio cultural junto à comunidade que foram realizadas como previsto, mas que não conseguiram os moradores da região como o esperado, uma vez que houve uma baixa participação dos mesmos durante a realização de roteiros direcionados a eles.

Ainda não há uma estrutura física adequada com estacionamentos para ônibus de turismo, assim como vários prédios de valor histórico e cultural continuam em estado de degradação ou, aqueles passíveis de visita, são pouco divulgados entre os visitantes. A sinalização turística foi renovada no bairro da Cidade Alta contemplando os principais museus, igrejas e praças como apresenta a imagem 1.

Imagem 1 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Portanto, a atuação do Estado dá-se de modo contraditório e em diversas vertentes, inclusive obedecendo a diversos interesses e objetivos. Notamos que há um cenário propício a discussões sobre esses modelos de ações e suas consequências, uma vez que as políticas públicas existentes se apresentam como insuficientes para o efetivo desenvolvimento do turismo nesses Centros Históricos, sobretudo considerando a diversidade cultural e de usos sociais existentes, bem como os elementos da cultura imaterial e o patrimônio geológico presentes nesses espaços.

Considerações Finais

Os processos de patrimonialização dos Centros Históricos de Belém-PA e Natal-RN manifestam uma tendência na urbanização brasileira contemporânea de (re) valorização e refuncionalização dos núcleos iniciais das cidades, sobretudo aqueles que representam o processo de colonização lusitana no Brasil. No entanto, observamos que as intervenções com tal objetivo, inclusive as políticas públicas para o desenvolvimento do turismo nessas áreas, têm sido implementadas de maneira pontual.

Primeiramente porque, tanto em Belém-PA quanto em Natal-RN, observamos que os aspectos materiais do patrimônio cultural, principalmente as edificações, os monumentos, os conjuntos arquitetônicos, são priorizados nas políticas para o desenvolvimento do turismo nos Centros Históricos dessas cidades. Ao priorizar tais aspectos, essas políticas negligenciam a diversidade e a relevância das manifestações da cultura imaterial (valores, artes, modos de vida, formas de produção, hábitos etc.) que dinamizam esses espaços e que dizem respeito à formação e ao cotidiano das cidades.

Além disso, não foi observada a valorização e o incentivo ao uso turístico do patrimônio geológico presentes nas áreas estudadas por parte dos gestores públicos. Vale ressaltar que esse patrimônio foi um dos motivadores da escolha da localização dos núcleos iniciais de Belém e Natal na localização que essas áreas apresentam atualmente. Portanto, seria necessário integrar esses aspectos à valorização do patrimônio culturalmente edificado e às referências da cultura imaterial para que os visitantes desses espaços tivessem a dimensão da complexidade, integração e diversidades dos elementos que dizem respeito à cultura e à natureza presentes nos Centros Históricos urbanos.

Outro aspecto analisado nas ações estatais para o desenvolvimento turístico nos Centros Históricos de Belém-PA e Natal-RN é que tais políticas têm sido planejadas e implantadas a partir da seleção de monumentos, edificações ou conjuntos arquitetônicos isoladamente, o que tem resultado em ações de caráter pontuais, tanto de preservação desse patrimônio cultural quanto de seu uso turístico. Portanto, não é o todo e a diversidade dos Centros Históricos de Belém e de Natal que são patrimonializados e dispostos ao uso turísticos, a partir das políticas públicas, mas fragmentos isolados e desconectados dessas áreas.

Além disso, notamos que as políticas para o turismo nos Centros Históricos analisados estão embasadas no discurso do vazio e da degradação dessas áreas, enquanto, na realidade, essas áreas apresentam múltiplos agentes e múltiplos usos em seu cotidiano. A partir dessa constatação, o que observamos é que nessas políticas estão ausentes formas de diálogo com os diversos agentes presentes nos Centros Históricos de Belém e Natal. Além disso, usos já existentes nesses espaços não são incluídos como possibilidades de atividades turísticas, o que poderia inclusive ser fator de diferenciação dessas cidades, como destinos turísticos.

Referências

- Brasil. (2010). *Convênio Nº 740418 com a Secretaria de Estado do Turismo do RN para Elaboração de Estudos e Projetos com vistas a Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Natal – RN*. Recuperado em 10 de maio de 2015 de <https://www.convenios.gov.br/siconv/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDeConvenioSelecionarConvenio.do?sequencialConvenio=740418&Usr=guest&Pwd=guest>
- _____. *PAC 02 Cidades Históricas 2011-2014*. Recuperado em 15 de janeiro de 2014, de <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4725>
- _____. (2008). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal.
- _____. Ministério da Cultura. *Programa Monumenta Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília : Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. 456 p. (Programa Monumenta, v. I) (cadernos técnicos 3).
- Corrêa, S.R. M. (2012). *O Programa de Cidades Históricas (Pch): Por uma Política Integrada de Preservação do Patrimônio Cultural – 1973/1979*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado em 02 de janeiro de 2015 de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/12372?mode=simple>.
- Cruz, L. (2012). *O tombamento do centro histórico de Natal* [PDF]. Seminário de Educação patrimonial do Centro Histórico de Natal. Natal: IPHAN.
- Cruz, R. (2007). *Geografias do Turismo: lugares e pseudo-lugares*. São Paulo: Roca.
- _____. (2003). *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca.
- Figueiredo, S. (2008). *Espaços de culturas nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação*. In: Figueiredo, S. (Org). Turismo, Lazer e planejamento urbano e regional. Belém:NAEA.
- Fonseca, M.C.L. (2009). *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Paes-Luchiari, M. T. D. (2005). *A Reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no Consumo das Cidades*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 17, pp. 95 – 105.
- Serra, H. (2011). *A construção de Roteiros Geoturísticos no centro histórico de Belém-PA: o planejamento turístico urbano em bases alternativas*. In: Encontro da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional, 14, 2011. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
- Tavares, M. G. (2012). *Roteiros Geoturísticos em Belém, na Amazônia brasileira: uma experiência para um melhor conhecimento e difusão do patrimônio urbano*. In: Iglesias, M. A. (Org). (2012). Patrimônio turístico en Iberoamérica: experiencias de investigación, desarrollo e innovación. Santiago: Ediciones Universidad Central de Chile.
- Trindade Jr, S; Amara, M. D. (2006). *Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Belém, PA. Vol. 111, p 73-103.
- UFPA.(2009). *Roteiros Geoturísticos: conhecendo o centro histórico de Belém na Amazônia*. Belém: IFCH.
- Vasconcelos, S. (2013). *Natal terá sinalização para turista ver*. Publicado em 30 de junho de 2013. Recuperado de <http://tribunadonorte.com.br/noticia/natal-tera-sinalizacao-para-turista-ver/254327>